

é um absurdo que fere e macula a imagem do grande líder, por ser, tal fato, obviamente inverídico.

Durante a citada reunião, o Sr. Ernani Calhao, perante todos os presentes e a totalidade da imprensa convocada pelo MUXIRUM, assumiu a autoria da distorcida divulgação, alegando tê-la redigido respaldado em obras de eminentes historiadores, cujas cópias exasperadamente atirou sobre as mesas à frente dos convidados.

Após sua inflamada e temperamental dissertação, o Sr. Ernani grita teatralmente desesperadas indagações aos presentes: "*Generoso Ponce foi um mentiroso? Virgílio Correia Filho foi um mentiroso? Lenine Póvoas é mentiroso? Generoso Filho mentiu? Mente Joaquim Ponce?*"

O Instituto Histórico não se fez presente na ocasião para caçar mentirosos ou para julgar quem o seja, uma vez que o seu compromisso quase centenário é apenas com a verdade histórica, sem se preocupar com autores de mentiras, pois estes e estas sempre aparecem por si. Deixe-se ao nobre representante do MUXIRUM esta tarefa.

Assim, analisemos apenas os documentos apresentados pelo Sr. Ernani Calhao e que lhe serviram de base para a fantasiosa matéria divulgada pela televisão.

Das indagações e pelo exame do material com que fomos brindados, podemos responder: Não! Generoso Ponce nunca foi mentiroso, Virgílio Correia Filho não mentiu e não sabemos que Lenine Póvoas jamais tenha feito. Porém, em momento algum eles declararam haver sido "*instaurada*" uma república independente em Mato Grosso, e conseqüentemente, haver sido o Estado "reintegrado" ao Brasil pela contra-revolução de 1892. Tampouco o afirmou Generoso Ponce Filho em sua obra "*Generoso Ponce - Um Chefe*". Todos apenas fazem referências à ata de uma reunião em Corumbá, onde a República Transatlântica tentou nascer, mas morreu ali mesmo por ser considerada uma idéia absurda.

História se faz com documentos, atas, documentos oficiais, fatos comprováveis e fatos autênticos. Qualquer informação particular, não

comprovável, deve ficar restrita ao seio familiar, pois não serve de base para a verdade histórica. Serve de indício tão somente.

Antes de mais nada, busquemos o verdadeiro significado das palavras, e para isso, recorramos ao dicionário e vejamos o significado da palavra INTENTONA: "*Intento louco, plano insensato. Conluio e/ou TENTATIVA de motim ou revolta*".

Bem andou a Prof. Terezinha Arruda, que declarou durante a reunião do MUXIRUM e depois perante as câmaras da TV Rondon - Canal 5 - em 30 de abril próximo passado: "*O que houve foi uma intentona*". Demonstrou assim, a competente mestra, familiaridade com o sentido das palavras, pois intento não quer dizer realização.

Um dos autores mais insistentemente citados pelo veemente orador do Muxirum, foi o historiador Joaquim Ponce Leal, cujo trabalho "*A sedição separatista e a contra-revolução integracionista de 1892 no Oeste*" foi publicado nos "*Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil*", que constitui o seu carro-chefe na matéria. Vejamos o que informa esse fértil escritor:

1 - "*Talvez o mal estar que a revelação desse episódio pudesse causar em certas áreas talvez explique em parte o silêncio quase completo sobre a estranha sedição de 1892. Sobre o assunto há somente na História do Brasil de autoria do Conselheiro Pedro Calmon, uma ligeira referência*" - disse o prof. Artur Cesar Ferreira Reis ao apresentar meu ensaio "*Os Homens e as Armas*"

COMENTÁRIO - Há apenas uma "*ligeira referência*" na História do Brasil de Pedro Calmon. Imaginem se houvesse realmente havido a separação da maior unidade da federação na época. Pedro Calmon e todos os demais historiadores teriam sido tão omissos? Não, teriam se dedicado com afinco ao estudo de tal episódio e publicado muita coisa sobre o mesmo.

2 - *“A agitada vida pública do principal protagonista desse capítulo de nossa história, o comandante da contra-revolução que vence os rebeldes, não lhe deixou muito tempo para falar ou escrever sobre o assunto (somente uma vez discursaria no Senado a propósito desses eventos do início da República) e a inexistência de historiadores em Mato Grosso, contribuiu para ocultamento da sedição que esteve na iminência de amputar do Brasil as magníficas regiões ocidentais”.*

COMENTÁRIO - Generoso Ponce, por ter tido agitada vida pública, realmente não teve tempo para falar ou escrever sobre os seus feitos, porém Generoso Ponce Filho o fez com muita honestidade e detalhamento. E para espanto e pasmo de muitos, o autor Ponce Leal, nega a existência de historiadores em Mato Grosso. Dessa forma nega a existência de Estêvão de Mendonça, Luiz Philipe Pereira Leite, Rubens de Mendonça, Virgílio Correia Filho, Lenine Póvoas, Aduino de Alencar, João Moreira de Barros e outros. Pode ser que o autor desconheça esses ilustres homens que tanto vasculham as coisas do passado desta terra. Mas ignorá-los, negá-los chega às raias da má-fé. Outrossim disse o autor em iminência de se amputar Mato Grosso do Brasil. Se esteve na iminência, é lógico que tal não aconteceu. A mais, esta tentativa de separação, muito propriamente foi denunciada pelo então deputado Antônio Azeredo na Câmara dos Deputados, segundo o mesmo Leal. Aqui mesmo o autor exalta a *“natureza separatista”* da revolta, citando texto da ata da reunião de 30 de março de 1892 em Corumbá. Mas como, se foi nessa mesma ata que todos os nossos historiadores se basearam para afirmar que a idéia separatista não encontrou eco?! A análise do historiador mostra uma tendenciosidade não permitida em história, pois retira da ata tão somente aquilo que lhe interessa e possa abalisar seus pontos de vista.

3 - *“Sem cortinas de fumaça ou disfarces, “tal era a situação gravíssima que tinha chegado o Estado de Mato Grosso, e a tal ponto que fora ali proclamada a República Transatlântica de Mato Grosso, separada do Brasil”, conforme iria declarar em discurso no Senado a 2 de agosto de 1901, o chefe que reprimiu e derrotou o levante separatista, Senador Generoso Ponce”.*

COMENTÁRIO - Fazemos uma pausa para revermos o dicionário; PROCLAMAR - *“Anunciar em público, em voz alta. Aclamar. Publicar, promulgar, decretar. Afirmar com ênfase. Eleger, intitular”.* Assim proclamar não é implantar ou instaurar. Generoso não mentiu ao Senado e a ninguém. O coronel Barbosa proclamava em todos os lugares por ele frequentado, o seu desejo de sedição. Porém se deu mal ao fazê-lo numa reunião onde se encontravam matogrossenses e militares patriotas. Aqui o seu intento foi abortado, segundo os termos da ata reconhecida e mencionada pelo próprio Ponce Leal. Voltemos ao dicionário para melhor ilustração. REINTEGRAR - restabelecer na posse de um bem, de um emprego. Repor no mesmo lugar, reconduzir, ser novamente investido. INSTAURAR - Começar, iniciar, estabelecer, formar, promover. Fundar, inaugurar, organizar. Renovar. Na mesma pg 16 do trabalho, o autor acusa a influência de “dogmas da seita positivista” para sedição. Imaginem, Benjamin Constant e Rondon, seguidores das idéias positivistas, em conluio para o esfacelamento do Brasil. Não há como conceber tal pensamento.

4 - *“O Coronel João da Silva Barbosa comandante do 7º Regimento de Cavalaria Ligeira, é aclamado Presidente da Nova República”*

COMENTÁRIO - A aclamação pode ser feita até por uma só pessoa. Ademais, até animais irracionais já foram aclamados para o desempenho de cargos eletivos, sem contudo nunca

terem o seu registro aceito. Ao fim desta mesma página lemos a referência a um “Decreto nº 2 da Junta Governativa” e indagamos: Não havia, segundo o autor, uma República com um Presidente? Então porque da Junta Governativa? Havia dualidade de governos? Quais eram os limites territoriais da nova República?

5 - *“No tesouro do novo país existe ouro, prata e papel no valor de 400 contos de réis...”*

COMENTÁRIO - Onde ficava o tesouro da República Transatlântica?

6 - *“Com gente de vários pontos do Estado forma um exército irregular de 1.500 homens. Assume o comando e aos 10 de abril entra na capital e cerca o arsenal, sede do Governo rebelde”*

COMENTÁRIO - Mas o governo da república rebelde não era Corumbá? Nunca poderíamos imaginar um país novo, sem governo, sem território e sem população, sem reconhecimento oficial internacional, enfim, sem nada além de uns poucos militares separatistas. Segundo o autor, em sua opinião, o Governo e as forças existentes em Cuiabá, eram do Estado de Mato Grosso, portanto, parte integrante do Brasil.

7 - *“O esquartejamento do Brasil esteve iminente em 1892”*

COMENTÁRIO - Aqui o autor diz até mesmo uma coisa possível: “iminente”. Já comentamos a respeito. Nessa mesma página e nas seguintes o autor se mostra habilíssimo em construir “moinhos de vento”. Porém, quem quer escrever sobre a história de um lugar deveria, primeiramente, vir buscar subsídios em locais onde os fatos ocorrem e não simples notícias de alhures, negando a existência de historiadores nesta terra.

8 - À pág. 172 o redator volta a citar a Ata de Corumbá como autêntica e novamente confessa que houve a iminência da separação: “As

*ligações internacionais dos rebeldes de 1892, um pouco mais do que evidentes, estão implicitamente confessadas na ata firmada em Corumbá, na qual se escreveu a intenção de ceder aos britânicos o território matogrossense”.*

9 - À pág. 174, citando Barbosa Lima Sobrinho, ao examinar “tese” de “um dos seus livros”, o redator transcreve: “*A sedição de Mato Grosso de 1892 foi a única revolta brasileira realmente separatista. É o que se depreende de seu ensaio, pois resultou de uma conspiração internacional...*”

COMENTÁRIO - Mesmo aqui a fonte foi o próprio redator, e o citado historiador acadêmico eximindo-se da responsabilidade para com a verdade histórica ressalta: “*é o que se depreende...*”.

10 - Na mesma pg. 174 lemos literalmente: “*E a bandeira azul, branca e verde, onde fulgurava solitária estrela amarela da República Livre de Mato Grosso, foi vencida, rasgada pelos soldados e desapareceu para sempre*”.

COMENTÁRIO - Transcrevemos um ato do primeiro governador do Estado no período republicano:

*“Ato nº 2 - O brigadeiro Antônio Maria Coelho, Governador do Estado de Mato Grosso por aclamação popular e nomeação do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:*

*Art 1º - A bandeira particular do Estado Federal de Mato Grosso será azul, com losango branco, no centro deste uma esfera ou globo verde e uma estrela amarela com os raios tocando a circunferência da esfera.*

*Art 2º - Esta bandeira será alvorada nos dias de gala, abaixo da bandeira nacional'' - Cuiabá, 31 de janeiro de 1890.*

Desconhecendo tudo sobre Mato Grosso, até mesmo a sua bandeira, no afã de tentar provar a sua tese histórica, o autor chega mesmo a confundir o pavilhão matogrossense. Transforma assim, Generoso Ponce e seus companheiros legalistas, em desavisados rasgadores de bandeiras de seu próprio estado natal.

O que se pode dizer de uma obra que versa sobre a história de um Estado, negando seus estudiosos, ferindo idéias de um seu grande personagem, e até mesmo desconhecendo um de seus símbolos cívicos? Nada. Nada a aproveitar de tal trabalho, pelos erros, pelas inverdades, pelas confusões que adredemente comete.

Assim, aí estão, Sr. Caçador de Mentirosos, as armas que nos foram fornecidas por VS mesmo.

O Instituto Histórico foi ao Muxirum numa atitude de apoio e assessoria, sem querer ferir vaidades. E todo este episódio, se conduzido com mais critério, menos vaidade pessoal, menos personalismo e temperamentalismo, e sobretudo, com mais honestidade histórica, poderia ter se desenrolado sem ofender famílias e pessoas que são verdadeiras legendas em nosso Estado.

Convidar D. Maria Müller, figura venerada por todos os membros do nosso Instituto e da Academia Matogrossense de Letras, é tentar colocá-la contra essas entidades. Perversidade também foi o desrespeito em parodiar torpemente uma sublime mensagem de Ponce à sua esposa D. Marianinha, e gritar grotesca e teatralmente nos sensíveis ouvidos de poeta de D. Maria Müller, nomeando-a embaixadora junto aos mortos, e, petulantemente, se assinar como amigo. Transcrevemos a sanguinária paródia:

*''D. Maria Müller. Tenha fé em Deus. Estou vendo como se pode resolver este assunto sem perigo de vida.*

*Abrace e beije por mim nossos mortos queridos que muitas vezes não podem buscar homenagens que seus filhos lhe dedicam. Do amigo...”.*

Pedimos desculpas a todos os ofendidos na trágica noite de 29 de abril de 1992, se, inocentemente, provocamos tal situação por julgarmos nosso dever.

Porém cabe também ao Muxirum Cuiabano desculpar-se perante D. Maria Müller e seus familiares; ao Instituto Histórico; às autoridades presentes e ao povo em geral que ouviram bobagens históricas lançadas na televisão.

O Instituto Histórico sempre estará pronto para estudar e rever seus conceitos sobre nossa história, desde que convençam argumentos baseados em documentação legítima, incontestável. Não em artigos pré elaborados com o intuito de louvar a antedecência genealógica de seu autor.

Esta nota teve que vir a público porque a público foi levada uma questão que julgávamos eticamente particular e íntima pelo respeito a uma organização, dita cultural, como o Muxirum Cuiabano.

Cuiabá, 5 de maio de 1992